



# **Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**

## **INSTRUÇÃO DO PERÍODO**

<b>Processo TC</b>	4324/989/18
<b>Poder</b>	EXECUTIVO
<b>Município</b>	São Joaquim da Barra
<b>Entidade</b>	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM DA BARRA
<b>Período</b>	10/2018
<b>Relator</b>	Dr. Dimas Ramalho
<b>Unidade Fiscalizadora</b>	UR-17 UNIDADE REGIONAL DE ITUVERAVA
<b>Responsável</b>	Marcelo de Paula Mian
<b>Cargo</b>	PREFEITO
<b>CPF</b>	066.607.268-02
<b>Período de Gestão</b>	01/01/2017 a 31/12/2020

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº 02/2016 e na Ordem de Serviço SDG 01/2017, temos a informar o seguinte:

### **ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL**

## **1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE**

### **1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE**

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

## **2 - Assunto de Fiscalização: LRF**

### **2.1 - GF15 - Análise da Receita (Execução Orçamentária)**

<b>Previsão acumulada</b>	R\$ 105.833.332,50	
<b>Realização acumulada</b>	R\$ 103.796.105,21	
<b>Variação</b>	R\$ -2.037.227,29	-1,9249%

Da análise do comportamento das receitas, constatamos uma situação desfavorável, uma vez que ficou aquém da meta de arrecadação, demonstrando, portanto, uma tendência ao descumprimento das Metas Fiscais, cabendo ao Ente o seu acompanhamento para eventuais adequações, razão pela qual, deve ser alertado nos termos do artigo 59, §1º, inciso V da Lei Complementar nº 101/00, para observância do disposto no art.9º da Lei supra citada.

## **2.2 - GF16 - Análise da Despesa (Execução Orçamentária)**

<b>Receitas Realizadas :</b>	R\$ 103.796.105,21	
<b>Despesas Liquidadas até o Bimestre</b>	R\$ 94.036.330,40	
<b>Resultado da Execução Orçamentária</b>	R\$ 9.759.774,81	9,4028%

Da análise do comportamento das receitas arrecadadas e despesas liquidadas, observamos uma situação favorável, em virtude da ocorrência de superávit demonstrado.

## **2.3 - GF20 - Análise do Resultado Primário - LOA Atualizada X Meta da LDO**

<b>Resultado Primário Previsto na LOA</b>	R\$ -7.148.570,13	
<b>Resultado Primário do Anexo de Metas da LDO</b>	R\$ 4.900.000,00	
<b>Diferença</b>	R\$ -12.048.570,13	168,5452%

Diante das alterações orçamentárias, verifica-se que o Resultado Primário Previsto na LOA atualizada é inferior ao consignado no Anexo de Metas da LDO, demonstrando, portanto, incompatibilidade com a meta estabelecida, devendo o órgão ser alertado, nos termos do artigo 59, §1º, inciso V, cabendo à auditoria acompanhar a realização dos ajustes nos períodos seguintes.

## **2.4 - GF22 - RPPS - Previsão X Realização das Receitas Previdenciárias**

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

## **2.5 - GF23 - RPPS - Análise das Disponibilidades Financeiras do Regime Previdenciário**

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

## **2.6 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período**

**Posição no exercício anterior**

Órgão	RP Proces	RP Não Proces
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM DA BARRA	R\$ 3.545.222,16	R\$ 4.515.796,04

**Movimentação no Exercício**

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM DA BARRA	R\$ 0.00	R\$ 6.372.666,79	R\$ 682.400,04

**Posição atual**

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM DA BARRA	R\$ 174.557,61	R\$ 831.393,76	R\$ 3.358.760,27

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

### 3 - Assunto de Fiscalização: ENSINO

#### 3.1 - AE02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Ensino

<b>Receita Prevista Atualizada</b>	R\$ 100.119.000,00
<b>Despesa Fixada Atualizada</b>	R\$ 27.445.272,00
<b>Índice Apurado</b>	27,4127%

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 25,0000% na manutenção e desenvolvimento do ensino, exigido no art. 212 da CF.

#### 3.2 - AE03 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Liquidada

<b>Receita</b>	R\$ 83.708.198,66	
<b>Despesa Empenhada</b>	R\$ 21.232.195,63	25,3645%
<b>Despesa Liquidada</b>	R\$ 19.093.294,70	22,8093%
<b>Despesa Paga</b>	R\$ 18.995.021,34	22,6919%

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação desfavorável ao atendimento do disposto no art. 212 da CF, devendo ser alertado quanto às exigências do referido dispositivo legal.

### 3.3 - AE04 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Empenhada

<b>Receita</b>	R\$ 83.708.198,66	
<b>Despesa Empenhada</b>	R\$ 21.232.195,63	25,3645%
<b>Despesa Liquidada</b>	R\$ 19.093.294,70	22,8093%
<b>Despesa Paga</b>	R\$ 18.995.021,34	22,6919%

Com base na Despesa Empenhada, o Município atendeu ao disposto no art. 212 da CF.

### 3.4 - AE05 - Aplicação de Recursos do FUNDEB

<b>Saldo Anterior</b>	<b>Receita</b>	<b>Despesa Empenhada</b>	
		<b>R\$</b>	<b>%</b>
R\$ 3.410.071,81	R\$ 10.612.728,77	R\$ 10.463.502,66	98,5939%

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município apresenta percentual favorável ao atendimento do art. 21, §2º da Lei 11.494/07.

### 3.5 - AE06 - Aplicação de Recursos do FUNDEB na remuneração do Magistério

<b>Saldo Anterior</b>	<b>Receita</b>	<b>Despesa Empenhada Magistério</b>	
		<b>R\$</b>	<b>%</b>
R\$ 3.410.071,81	R\$ 10.612.728,77	R\$ 7.068.138,33	66,6006%

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município apresenta percentual favorável ao atendimento do art. 22 da Lei 11.494/07.

### 3.6 - AE07 - Aplicação dos Recursos do FUNDEF de Exercícios Anteriores

Saldo Anterior	Aplic. Financ.	Desp Empenhada	Saldo Atual
R\$ 0.00	R\$ 0.00	R\$ 0,00	R\$ 0.00

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município aplicou o saldo remanescente do FUNDEF recebido em exercícios anteriores.

### 3.7 - AE08 - Repasses Decendiais (Estimado)

25% dos Impostos - Retenções ao Fundeb	Repasses até o Período	
	R\$	%
R\$ 8.590.113,32	R\$ 11.308.684,07	131,6477%

Verifica-se que o Município, até o presente trimestre, efetuou repasses às contas vinculadas em valores que indicam o atendimento ao disposto no art. 69, §5º da Lei Federal 9.394/96.

## 4 - Assunto de Fiscalização: SAÚDE

### 4.1 - AS02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Saúde

Receita Prevista Atualizada	R\$ 97.719.000,00
Despesa Fixada Atualizada	R\$ 24.317.514,00
Índice Apurado	24,8851%

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 15,0000% nas ações e serviços de saúde, exigido no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

### 4.2 - AS03 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Liquidada

Receita	R\$ 82.600.144,18	
Despesa Empenhada	R\$ 21.380.418,42	25,8842%

<b>Despesa Liquidada</b>	R\$ 19.219.330,65	23,2679%
<b>Despesa Paga</b>	R\$ 18.932.057,85	22,9201%

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação favorável ao atendimento do disposto no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

#### **4.3 - AS04 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Empenhada**

<b>Receita</b>	R\$ 82.600.144,18	
<b>Despesa Empenhada</b>	R\$ 21.380.418,42	25,8842%
<b>Despesa Liquidada</b>	R\$ 19.219.330,65	23,2679%
<b>Despesa Paga</b>	R\$ 18.932.057,85	22,9201%

Com base na Despesa Empenhada, o Município atendeu ao disposto no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

**Data da Geração:** 07/12/2018  
**Hora da Geração:** 20:25:26